

M. L. RODRIGUES DE AREIA *

A INVESTIGAÇÃO E O ENSINO DA ANTROPOLOGIA
EM PORTUGAL APÓS O 25 DE ABRIL

INTRODUÇÃO

A ocasião de abordar o tema em epígrafe nasceu de uma iniciativa da *Revista Crítica de Ciências Sociais* de organizar um colóquio sobre os dez anos de transformação social em Portugal (1974/84).

No campo particular da Antropologia, as transformações foram importantes, talvez até bem mais do que se pode observar no imediato, já que a reformulação do ensino, o lançar de novos cursos e a orientação para novos campos de investigação são acções cujo resultado só é assinalável a prazo. Neste sentido, as linhas que se seguem devem ser entendidas mais como observações de ocasião, críticas, como o próprio título da revista o sugere, e sobretudo com carácter provisório já que não está de modo algum inventariado tudo o que em Portugal se faz neste momento de bom ou de menos bom no campo da investigação e do ensino da Antropologia ⁽¹⁾. Embora esteja por fazer a história da Antropologia em Portugal, sabemos que ela atingiu um desenvolvimento notável no primeiro quartel deste século, de que terá sido talvez indicador principal o Congresso de Antropologia de 1930, realizado em Coimbra (XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica).

Tendo sido predominantemente uma antropologia física, sempre a componente cultural estava presente, nomeadamente na recolha dos objectos etnográficos. As circunstâncias políticas

* Professor do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ Este é aliás o tema do Colóquio «A Investigação e o Ensino da Antropologia em Portugal», Coimbra, 28, 29 e 30 de Março de 1985, organizado pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

e uma certa indefinição de estatuto terão sido a causa de um menos notório desenvolvimento da Antropologia nos últimos 50 anos. Por agora, e porque esse foi de facto o objectivo do colóquio referido, analisaremos apenas alguns aspectos da evolução da Antropologia na última década. Para isso olharemos em particular o que foi o passado recente, a sua reformulação após o 25 de Abril, a produção científica mais significativa e, naturalmente, os desafios que se põem hoje aos antropólogos em Portugal.

1. O PASSADO RECENTE

A Antropologia em Portugal entrou, após o 25 de Abril, numa fase de ampla re-definição no campo da investigação e na sistematização do ensino. Após uma era (colonial) que monopolizou em boa parte os estudiosos para trabalhos quase exclusivamente monográficos sobre os diferentes grupos étnicos das ex-colónias, a Antropologia Portuguesa volta-se de novo para temas predominantemente portugueses.

A época mais recente da Antropologia Portuguesa que Jorge Dias tinha designado por período antropológico-cultural e social incluía já essa orientação, só que faltava o elemento humano para a manter e alargar simultaneamente a investigação ao Ultramar⁽²⁾. O objectivo de Jorge Dias era, efectivamente, fazer surgir uma nova equipa de profissionais que, partindo da experiência do grupo, se mostrasse capaz de repensar a articulação da investigação antropológica com o ensino e de aliar à pesquisa museográfica a dimensão estruturante que lhe tem faltado. Por outro lado, havia também que dar vida a colecções valiosas ligadas aos antigos museus de História Natural onde se enquadrava nos séculos XVIII e XIX o ensino do Homem e da sua diversidade física e cultural. Testemunho dessa orientação, entre outros, são as preciosas colecções recolhidas pelo naturalista da Universidade de Coimbra Alexandre Rodrigues Ferreira em terras da Amazónia entre 1783 e 1792, de que uma boa parte se encontra no Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra e nas caves da Academia de Ciências de Lisboa⁽³⁾.

(2) Jorge Dias, 1952, p. 2. Note-se que Jorge Dias lutou arduamente pela renovação da sua equipa sem ter obtido êxito.

(3) Proximamente o Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra editará um catálogo da referida colecção elaborado pela Prof.^a Thekla Hartmann, do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Esta orientação correspondia em Portugal à escola culturalista do pós-guerra em que a Antropologia pretendia dar um contributo à educação pró-paz e procurava uma maior integração com ciências afins acentuando a sua componente geral e comparativa, com predomínio do método antropológico-cultural e em detrimento do método filológico-etnográfico (4).

A opção ultramarina aparece em Jorge Dias relativamente tarde (1957) e com iniciativas apoiadas pelo poder central como a «Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português» (1957) no quadro da Junta de Investigações do Ultramar, o Centro de Estudos de Antropologia Cultural (1962) e o Museu de Etnologia do Ultramar (1962), no âmbito da mesma Junta; estes organismos vão incrementar as investigações e a recolha de objectos vindos das colónias. Mas os dividendos destes investimentos em termos de «política ultramarina» não foram o que o poder esperava. Jorge Dias teimava em perspectivar um museu universal tendo por base o povo português (as primeiras fichas utilizadas têm por título: «Museu do Homem Português»), o que confundia os responsáveis do poder, nomeadamente no Ministério do Ultramar. A enorme luta para obter instalações para o Museu de Etnologia do Ultramar (que ficou durante muito tempo em instalações precárias na rua Jau onde alguns o designavam como o «museu às prateleiras») e as recusas sistemáticas às propostas para renovação da equipa, esclarecem suficientemente esta problemática.

Sobre a situação vigente o 25 de Abril teve como efeito imediato, por um lado, a indefinição e aparente colapso da Junta de Investigações e, por outro, uma imediata revalorização e acentuada procura, sobretudo por parte de coleccionadores estrangeiros, do património africano existente em Portugal. As colecções africanas em Portugal eram poucas, em geral mal cuidadas, mas algumas de grande valor. De facto nalguns casos o melhor estava lá (entenda-se nas ex-colónias) ou para lá tinha sido encaminhado. Recorde-se o caso exemplar da Diamang (Companhia de Diamantes de Angola), em que a recolha etnográfica na área da Lunda, que vinha desde os anos 30 com José Redinha, é completada com aquisições de peças raras dos Cokwe (Quiocos) que são compradas nos mercados de Lisboa, Londres ou Bruxelas e enviadas para o Museu do Dundo (Angola).

Indo além do discurso oficial e conhecendo as instituições por dentro (o signatário destas linhas estagiou no Museu de Etnologia do Ultramar em 1971), podemos dizer que a Antropologia em Portugal, à data do 25 de Abril, e tomando o grupo

(4) Jorge Dias, 1952, p. 29.

de Jorge Dias como paradigma, se orientava, a nível de ensino e investigação, por um projecto de implícita oposição teórica ao poder político e relativa conciliação prática. Houve prejuízos e ambiguidades daí decorrentes mas, mesmo assim, e relativamente ao grupo referido, a obra foi notável tanto em qualidade como em quantidade.

Após o 25 de Abril, e não havendo lugar para qualquer tipo de conciliação de posições ou projectos ambíguos, surgem esquemas diversos de ensino até ao nível de licenciatura sendo porém evidente nos curricula apresentados tanto o imediatismo e personalismo dos novos docentes como até a ingenuidade (por vezes mesmo o espírito de cruzada) de «estranhos» que vêm ocupar um espaço que pensam vazio. A história do funcionamento do antigo I.S.C.S.P.U. (Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) até ao seu encerramento pelo ministro Cardia ilustra bem esta fase da Antropologia Portuguesa.

Entretanto, a ruptura com a Antropologia Colonial faz perigar valores que despertam a cobiça de negociantes de ocasião. Bons lotes de colecções são vendidos ou exportados ilegalmente para o estrangeiro (numerosos anúncios, mesmo em língua estrangeira, em jornais portugueses, dão uma ideia do problema), nalguns casos havendo mesmo peças roubadas em museus e negociadas no estrangeiro ao mesmo tempo que documentação diversa e valiosa leva descaminho.

A falta de antropólogos portugueses (a tal escola que não houve...) faz com que Portugal signifique uma possibilidade para antropólogos estrangeiros à procura de trabalho. A par dos muitos que não traziam mais que a cartilha ideológica e a falta de emprego no país de origem, houve também os que vinham habilitados a dar contributo válido e que perdura. Isto foi tanto mais importante quanto é certo que os poucos antropólogos portugueses da «diáspora» em geral não regressaram e dos que vinham das ex-colónias alguns acusavam o trauma da «debandada». Tudo isto deu à Antropologia Portuguesa da década em análise (1974/84) um carácter híbrido e complexo e um certo ar de «terreno colonizado» que ainda em parte continua a caracterizá-la.

2. ALARGAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO

A Antropologia começa a entrar em mais cursos superiores, quer sob a forma de ensino obrigatório, quer como cadeira optativa. Verifica-se até que a Antropologia Cultural é introduzida no ensino secundário e nas escolas de magistério, e,

neste caso, com um programa bem estruturado e até um tanto ambicioso. Só que a incoerência de programar o ensino da Antropologia sem ter para o efeito professores minimamente preparados teve reflexos negativos a todos os níveis. Está ainda por fazer o levantamento exacto da situação, mas o pouco que se vai sabendo é suficiente para concluir que ela não é brilhante. A título de exemplo refira-se que, recentemente, numa escola secundária do Centro do país, o professor encarregado de leccionar Antropologia expunha detalhadamente aos alunos as superioridades e inferioridades das diferentes raças humanas e esse era, dizia ele, o objectivo da Antropologia!

A nível da universidade o ensino avançou até ao grau de licenciaturas diversas em Antropologia, sinal evidente de vitalidade, mas ainda não foi possível exorcizar os fantasmas dualistas da natureza e cultura que dividiram até à separação quase institucional a Antropologia física e cultural nas últimas décadas com prejuízo para as duas áreas tradicionais do ensino e investigação da Antropologia. Este tributo pago ao velho (e pelos vistos não superado) dualismo Antropologia Física/Antropologia Cultural (reflexo da menos feliz articulação do binómio natureza/cultura) levou a que em recentes programas de licenciaturas em Antropologia não se introduzisse um conjunto de conhecimentos fundamentais para o capaz entendimento daquele conjunto de comportamentos humanos em que as componentes biológicas e culturais ou se estudam como um todo (comportamentos bioculturais) ou não se estudam de maneira nenhuma ⁽⁵⁾.

Há já uns bons pares de anos que, em colóquio sobre esta problemática, antropólogos franceses chamaram a atenção para o facto de no velho continente os especialistas de Antropologia Física fazerem apelos cada vez mais frequentes aos antropólogos sociais no sentido de se inverter e suprimir os efeitos claramente negativos resultantes do percurso divergente das duas Antropologias ⁽⁶⁾. Em geral, as universidades americanas foram bem mais pragmáticas ao criar os seus departamentos de Antropologia sem mais especificação. Aí se desenvolvem as grandes áreas do ensino e investigação que vão desde a etnografia à evolução do Homem e da cultura, da problemática do

⁽⁵⁾ Lévi-Strauss chamou a atenção para o tipo de fenómenos em que «la nature sociale rejoint très directement la nature biologique de l'homme» mas nunca levou às últimas consequências essa intuição de génio. (Ver *Sociologie et Anthropologie*, p. XV, P. U. F., Paris, 1950).

⁽⁶⁾ Ver «Situation actuelle et avenir de l'Anthropologie en France», *Colloques Internationaux du C. N. R. S.*, n.º 573, Paris, 1979.

biocultural à sistemática do social, passando pela Paleontologia Humana e Antropologia aplicada aos problemas actuais⁽⁷⁾.

A vitalidade do movimento antropológico do pós 25 de Abril não teve ainda fôlego suficiente para uma reformulação de fundo da problemática da investigação antropológica no nosso país como o fizeram, aliás de forma muito moderna para a época, os antropólogos da Primeira República. Na maioria dos casos copiaram-se alguns dos títulos das matérias ensinadas em Paris, Bruxelas ou Londres e a realidade portuguesa ficou quase sempre marginal ao elenco das disciplinas. Assinale-se contudo, como nota particularmente positiva, a orientação mais recente da Antropologia, em termos de Antropologia Social, voltada para estudos da sociedade portuguesa e de que é exemplo a mencionar, não como caso único mas sem dúvida o mais significativo, o trabalho de Brian O'Neil acerca de uma aldeia transmontana⁽⁸⁾.

Embora não seja possível analisar os conteúdos dos diversos programas do ensino da Antropologia actualmente vigentes em Portugal no âmbito destas breves notas, considero importante enunciar ao menos os nomes das matérias programadas nas diferentes instituições de ensino:

- a) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.),
Universidade Técnica de Lisboa.

I — Licenciatura em Antropologia⁽⁹⁾

- 1.º ano — Introdução às Ciências Sociais
Princípios Gerais do Direito
História Económica e Social
Matemática e Estatística para as Ciências Sociais I
Inglês para as Ciências Sociais I

(7) Ver U. C. L. A. (Universidade da Califórnia), Prospecto Informativo, 1972.

(8) Ver apreciação mais detalhada deste estudo em *Antropologia Portuguesa*, 1984. (Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra).

(9) Em nota introdutória lê-se: «A licenciatura em Antropologia destina-se a preparar para o exercício de funções qualificadas:

- na docência do ensino secundário,
 - nos museus e organismos que se dedicam a actividades de desenvolvimento regional e ordenamento do território,
 - em organismos ligados à cooperação com os países africanos de expressão portuguesa e com outros países».
- (Extraído do prospecto informativo).

- 2.º ano — Introdução à Metodologia das Ciências Sociais
 Antropologia
 Sociologia Geral
 Economia
 Demografia
 Inglês para as Ciências Sociais II
- 3.º ano — Geografia Humana das Regiões Tropicais
 Antropobiologia
 História da Antropologia
 Povos e Culturas de África
 Cadeira de opção
- 4.º ano — Sociologia Rural (1.º semestre)
 Análise Regional (2.º semestre)
 Sistemas Políticos e Jurídicos Tradicionais (1.º semestre)
 Desenvolvimento e Mudança Cultural (2.º semestre)
 Economia das Regiões Tropicais
 História da Colonização Moderna e da Descolonização
 Cadeira variável
 Seminário de Investigação

II — Mestrado em Ciências Antropológicas

	Unidade de crédito por semestre			
	I	II	III	IV
<i>Áreas científicas e disciplinas</i>				
1 — Problemas de Metodologia Antropológica: Planeamento de trabalho de campo em Antropologia	2	—	—	—
Funcionalismo Antropológico	2	—	—	—
Cadeira Variável	2	—	—	—
2 — Teorias Antropológicas: Comunidade e Redes de Relações	—	2	—	—
Teorias do Parentesco	—	2	—	—
Cadeira Variável	—	2	—	—
3 — Etnologia Africana: Povos e Culturas da África Austral	2	—	—	—
Problemas do Direito Africano Tradicional	—	2	—	—
4 — Tradição e Inovação: Tecnologias Tradicionais Peninsulares	2	—	—	—
Problemas de Evolução e Mudança Cultural	—	2	—	—
5 — Seminários	—	—	2	2

b) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa,
 (I. S. C. T. E.)

Licenciatura em Antropologia Social ⁽¹⁰⁾

- 1.º ano — Introdução à Antropologia Social
 Sociologia Geral
 Introdução à Economia
 Introdução à História Económica e Social
 Matemática para as Ciências Sociais

⁽¹⁰⁾ «Antropologia Social, entendendo-se englobada por esta a Antropologia Cultural» (p. 4 da proposta de Janeiro de 1982).

- 2.º ano — Teorias Sociológicas
Teoria e Método em Ciências Sociais
Estatística para as Ciências Sociais
Antropologia Social I
História da Antropologia
- 3.º ano — Antropologia Social II
Etnografia Portuguesa
Antropologia das Sociedades Complexas
Semiologia e Linguística
Opção
Opção
- 4.º ano — Antropologia Política
Antropologia Económica
Antropologia do Simbólico
Métodos e Técnicas de Investigação Antropológica
Opção
Opção

c) Universidade Nova de Lisboa

Licenciatura em Antropologia ⁽¹¹⁾

- 1.º ano — Sociologia Geral
Teoria e Método em Ciências Sociais
Matemática e Estatística para as Ciências Sociais
Introdução à Economia
Introdução à Antropologia
Demografia (semestral)
- 2.º ano — História Económica e Social
Antropologia Linguística
Geografia Humana
Biologia Aplicada às Ciências Sociais
Antropologia Social e Cultural I
Etnografia Geral
- 3.º ano — Antropologia Social e Cultural II
Povos e Culturas Não-Europeias I
Semiologia
História da Antropologia
Geografia Regional
Etnografia Portuguesa
- 4.º ano — Antropologia Social e Cultural III
Povos e Culturas Não-Europeias II
Povos e Culturas Ibéricas
História da Etnologia Portuguesa
Museologia
Seminários:
 - Geografia de Portugal
 - Etno-História
 - História das Religiões
 - Arqueologia
 - Demografia Social e Políticas Demográficas
 - Etnografia Portuguesa

⁽¹¹⁾ Do prospecto informativo de 1980/81.

d) Universidade do Minho

Licenciatura em História e Antropologia Social ⁽¹²⁾

1.º ano

- 1.º Semestre — Antropologia Arqueologia e Pré-História I
História I
Antropologia e História I
Sociologia e História I
Fundamentos de Matemática e Estatística Descritiva
Correntes Fundamentais de Pedagogia
- 2.º Semestre — Antropologia, Arqueologia e Pré-História II
História II
Antropologia e História II
Antropologia Psicológica, Psicologia Social e Histórica I
Sociologia e História II
Análise da Relação Pedagógica

2.º ano

- 1.º Semestre — História III
História IV
História de Portugal I
Ecologia Humana e Antropologia Cultural I
Antropologia Política e História I
ou — Antropologia Económica e História I
Psicologia I
Prática Pedagógica I
- 2.º Semestre — História V
História de Portugal II
História VI
Sociologia e História III
Antropologia e História III
ou — Antropologia Psicológica, Psicologia Social
e História II
Psicologia II
Prática Pedagógica

3.º ano

- 1.º Semestre — História VII
História de Portugal III
História de Portugal IV
Antropologia Política e História II
ou — Antropologia Económica e História II
Teorias de Aprendizagem e Modelos de Ensino
Desenvolvimento Curricular
Prática Pedagógica III

⁽¹²⁾ Guia da Universidade do Minho, pp. 54-58, 1979/80.

2.º Semestre — História VIII
História de Portugal V
História de Portugal VI
História de Portugal VII
Métodos e Técnicas de Ensino
Educação e Sociedade
Prática Pedagógica IV

4.º ano

1.º Semestre — História IX
História de Portugal VIII
História de Portugal IX
Antropologia e História IV
ou — Antropologia e História V
ou — Organização e Administração Escolar
Prática Pedagógica V

2.º Semestre — História X
História de Portugal X
História de Portugal XI
Ecologia Humana e Antropologia Cultural II
Antropologia e História VI
ou — Didáctica de História e Antropologia Social
Prática Pedagógica VI

5.º ano

1.º Semestre — Temas Integrados
Estágio
2.º Semestre — Temas Actuais de Pedagogia
Estágio

e) Outras instituições

O ensino de Antropologia aparece ainda integrado em diversas licenciaturas que adoptam uma ou duas cadeiras de Antropologia, nuns casos Antropologia Física (caso da licenciatura em Biologia), noutros casos a Antropologia Cultural (casos das licenciaturas em Geografia, Psicologia, Arqueologia e História, pelo menos em Coimbra).

O que se verifica, com algum escândalo, é que, numa altura em que se afirma a orientação regional e se fala da necessidade da descentralização, o estudante que em Portugal pretenda obter o grau de licenciatura em Antropologia terá que se deslocar para Lisboa onde aliás terá dificuldade em escolher qual das três licenciaturas vigentes lhe interessa. A incapacidade das universidades clássicas em acertar, neste campo da ciência, o relógio da história é outra constatação preocupante.

3. ACTIVIDADE EDITORIAL

Um dos aspectos mais positivos da Antropologia em Portugal nos últimos anos é a actividade editorial, que tem sido rica e progressivamente diversificada. A maioria dos trabalhos editados em português apareceram ou na colecção «Portugal de Perto» das edições D. Quixote ou na colecção «Perspectivas do Homem (as culturas, as sociedades)», das edições 70, neste caso com um lote de numerosas traduções em geral com interesse didáctico. Ao mesmo tempo é bom não esquecer trabalhos de real valor, resultado de investigação de qualidade, de que me apraz recordar, em particular, os de Ernesto Veiga de Oliveira e de José Redinha ⁽¹³⁾.

São também um contributo significativo as diversas teses de doutoramento elaboradas nesta década, algumas já concluídas e até publicadas, outras em vias de conclusão. Embora não esteja completo o inventário (ainda em curso) eis alguns títulos:

- A. G. Mesquitela Lima — *Les Kyaka (histoire, parenté, organisation politique et territoriale)*, Paris, 1980.
- L. A. D. Polanah — *Camponeses de Sayago, Estrutura Social e Representações Simbólicas de uma Comunidade Rural*, Braga, Universidade do Minho, 1984 (mimeografado).
- J. C. Gomes da Silva — *Variations du sens pour Gusli d'Erable; essai sur les «bylines»*, Lisboa, Universidade Nova, 1980.
- M. L. Rodrigues de Areia — *Les symboles divinatoires*, Coimbra, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1984.
- B. O'Neil — *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1984.
- A. C. Gonçalves — *Kongo. Le lignage contre l'état. Dynamique politique du Congo du XVI au XVIII siècle*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1985.
- J. Pais de Brito — *Production de l'espace et reproduction sociale. Le village de Rio de Onor*, Aix-en-Provence, 1985.
- M. Moutinho — *Contribution à l'histoire des Lapons «suédois», approche historique et anthropologique*, Universidade de Paris VII, Paris, 1978.
- R. Iturra — *Strategies of production in a galician village (N. W. Spain)*, Cambridge, 1979.

⁽¹³⁾ De Ernesto Veiga de Oliveira, destacam-se em particular: *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982; *Alfaia Agrícola Portuguesa*, em colaboração com Fernando Galhano e Benjamim Pereira, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1976. De José Redinha é de mencionar a obra de síntese de todas as suas anteriores publicações: *Etnias e Culturas de Angola*, I. I. C. A., Luanda, 1975.

- J. Pina-Cabral — *A peasant worldview in its context: cultural uniformity and differentiation in northwestern Portugal*, Oxford University Press, 1985.
- J. Freitas Branco — *Quotidiano e trabalho camponês. Agricultura e utilização do espaço no arquipélago da Madeira (1750-1900)*, 1984.
- W. Manemann — *Rückkehr portugiesischer Arbeiter in ihr Heimatdorf. Eine Studie in den Regionen Minho und Beira Baixa*, ed. Peter Lang, Frankfurt, 1983. (*O regresso de trabalhadores portugueses à aldeia natal. Estudo sobre o Minho e a Beira Baixa*).
- A. T. Martinho — *Les enfants d'imigrés portugais*, «cá e lá», Nice, 1984 (3.º Ciclo).

Anote-se também o facto de aparecerem diversas publicações periódicas, umas antigas, nalguns casos com aspecto renovado, outras que surgem pela primeira vez. Das primeiras refiro as seguintes:

1. *Revista Lusitana*, Nova Série, Centro de Estudos Geográficos, I. N. I. C., Lisboa.
2. *Antropologia Portuguesa*, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
3. *Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corêa»*, Porto.
4. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia). Porto.

Relativamente a novas publicações periódicas na área da Antropologia temos a publicação *Ethnologia* do departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa e a *Revista Internacional de Estudos Africanos*, de âmbito mais geral, ed. de Jill Dias; num e noutro caso tendo aparecido só o primeiro número.

Embora baixando a produção científica, são de referir as publicações do Instituto de Investigação Científica Tropical (ex-Junta de Investigações), nomeadamente as do Centro de Estudos de Antropologia Cultural⁽¹⁴⁾ e a série de Antropobiologia recentemente criada na revista *Garcia da Orta*.

(14) Após o 25 de Abril o Centro de Estudos de Antropologia Cultural publicou: Gerhard Kubik, *Angolan Traits in Black Music, Games and Dances of Brazil — A study of African cultural extensions overseas*, Lisboa, 1979; Mariano Feio, *As Castas Hindus de Goa*, Lisboa, 1979; António Carreira, *O Tráfico Português de Escravos na Costa Oriental Africana nos Começos do Século XIX*. (Estudo de um caso), Lisboa, 1979; Carlos Lopes Cardoso, *UPI. Elementos para o Estudo de um Utensílio Angolano de Moagem*, Lisboa, 1980; António Carreira, *O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850) — Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, 1981.

Seria injusto esquecer um número importante de trabalhos diversos aqui não referenciados, entre os quais considero os dos diferentes centros de estudos africanos, alguns de criação recente e cujas publicações não estão ainda divulgadas ⁽¹⁵⁾.

4. ALGUNS DESAFIOS

Um olhar ainda que muito apressado sobre o que foi a Antropologia em Portugal na última década não pode deixar de ser inquietante mesmo que o esboço aqui delineado seja positivo. Na realidade, dois desafios importantes se põem hoje à Antropologia Portuguesa, um a nível de organização interna, outro a nível de cooperação.

Relativamente ao primeiro, é forçoso verificar que um país que criou de há muito (essencialmente a partir de 1911) infra-estruturas envolvendo projectos de instituições-museus em que a investigação andaria ligada às colecções, não foi capaz até hoje de dinamizar com meios humanos adequados essas infra-estruturas. Ora, esse tipo de instituição-museu revela-se o mais adequado em termos de Antropologia moderna, seja ela interna («doméstica»), seja ela externa («colonial»). O recente ensino da Antropologia acentuou, também neste campo, a macrocefalia do país e desenvolveu-se quase exclusivamente à margem dessas instituições em que se encontravam precisamente os elementos adequados para a dinamização do ensino e investigação, a mais rica documentação bibliográfica e as mais valiosas colecções etnográficas. Neste aspecto, não será possível continuar a ignorar o papel de organismos como o Museu de Etnologia (ex-Museu de Etnologia do Ultramar), do Instituto de Investigação Científica Tropical, o Museu e Laboratório Antropológico (Instituto de Antropologia) da Universidade de Coimbra, o Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia da Universidade do Porto, o Centro de Estudos de Antropobiologia, também do Instituto de Investigação Científica Tropical (ex-Junta de Investigações), o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, etc. Por outro lado

⁽¹⁵⁾ É o caso das publicações do Centro de Estudos Africanos do Instituto de Antropologia (Coimbra):

1. *Angola, os Símbolos do Poder na Sociedade Tradicional*, Coimbra, 1983.
2. Areia, M. L. R. de e Isilda F., *Angola: Bibliografia Antropológica*, Coimbra, 1984.
3. *Instrumentos Musicais de Angola — sua Construção e Descrição*. (Obra póstuma de José Redinha), Coimbra, 1984.

o desafio posto à Antropologia actual pelo paradigma sócio-biológico veio acentuar, se possível ainda mais, a incapacidade de a Antropologia ser isto ou aquilo, sem ser primariamente e sem mais Antropologia. Durante muito tempo fez-se a «antropologia do outro» porque o «outro» era diferente. Hoje as diferenças e as variantes ainda podem ser importantes mas as constantes essas são-no cada vez mais, o que reforça as componentes biológicas do comportamento humano. As recentes abordagens no campo da etnobiologia são disso exemplo esclarecedor ⁽¹⁶⁾.

Um segundo desafio se põe à Antropologia em Portugal e este relativo à chamada «antropologia colonial». Como bem foi observado no colóquio que serviu de pretexto para estas linhas o 25 de Abril ainda não chegou à cooperação. E reconheceu-se publicamente que as muitas formas de saber, o «know-how» tropical que vai de áreas tão diversas como a do tratamento do café à criação de gado, da produção agrícola à prospecção de diamantes, do tratamento de doenças à elaboração de dietas adequadas, tudo isso está ainda à espera de uma revolução (que revolução? em que cabeças?) para poder ser aplicado. Há um trágico bloqueio que se arrasta ou por cegueira dos (ir)responsáveis ou por incompetência das partes interessadas ou simplesmente porque mesmo em fins do séc. XX haverá ainda quem considere moderno criar países de «anões e mendigos» em vez de nações prósperas e livres. A colonização portuguesa, trágica como todas as colonizações, permitiu apesar de tudo que a par das belas cidades que se construíram e das vias asfaltadas que se rasgavam, um saber paciente, feito de longas tentativas e muita experimentação, fosse adquirido. Desse saber são portadores uma geração de «retornados» que não o transmitirá. A cooperação (se existisse) deveria ter em conta esse dado e a Antropologia, hoje, em Portugal, deveria assumir esta realidade como um desafio.

(16) Refiram-se alguns dos mais recentes trabalhos de investigação nesta área da Antropologia moderna:

R. Fox (dir.), *L'Antropologie Biosociale*, P.U.F. Paris, 1978.

V. Reynolds e R. Tanner, *The biology of religion*, Longman, New York, 1983.

J. Shepher, *Incest, a biosocial view*, Academic Press, London, 1983.

D. P. Barash, *Sociobiology and Behavior*, Elsevier, New York, 1977.